



Ata nº 013/2025

Aos vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco às oito horas e trinta minutos reuniu-se, de forma presencial, o Conselho Municipal de Educação de Balneário Camboriú – CONSEME, na Casa dos Conselhos, para reunião ordinária. Estiveram presentes os conselheiros titulares Elvis Roni Bucior, Cleonice Wehmuth Monteiro Berejuk, Sarah Moura Machado Severino, Ivana Cristina Lima Cordeiro, Anelise Geraldo, Wilson Vieira Filho, Valéria Paz Arend Rosa, Mary Léa Rodrigues Blini, Benilda Dias Viana, Marcos Antônio da Silva, Cristiane Amorim, Regina da Silva Mendes, Dayane Regina Masselai. Os suplentes Bruno Cesário Dalfovo da Costa, David Robert Berto Lima, Jéssica Lysiane Becker, Nestor Fernandes da Silva. Justificaram a ausência o representante da Sociedade Civil Ariovaldo Sergio Azzolin, do Ensino Superior Damiani Sebrão. Não justificaram as faltas representantes dos Estudantes Secundaristas e da Secretaria do Estado. Como visitante tivemos a senhora Daniela Debarba, assessora do vereador Eduardo Zanatta. Foi passado para leitura das Atas 11/2025 - Reunião ordinária de 23/09 e a Ata 12/2025 - Reunião Extraordinária de 01/10, ambas sendo aprovadas. Foram apresentados os novos conselheiros do Poder Executivo, Elvis Roni Bucior como titular e Bruno Cesário Dalfovo da Costa como suplente, Cleonice Wehmuth Monteiro Berejuk como titular e Sirlei Soares como suplente. Referente a apresentação do Parecer 018/2025 sobre o Uso das quadras esportivas, devido a ausência da parecerista Suelen, ficou para próxima reunião. **Item 1.6** – Alterações no Calendário Escolar. A conselheira Dayane informou que a conselheira Cleonice havia solicitado a análise das alterações realizadas no calendário escolar no segundo semestre. Dayane esclareceu que não há necessidade de aprovação do CONSEME quando as alterações não modificam o número de dias letivos. Como as mudanças apresentadas não afetam a carga mínima obrigatória, trata-se apenas de comunicação ao Conselho, procedimento que foi devidamente realizado. A conselheira Cleonice esclarece que as alterações realizadas no calendário escolar foram necessárias devido ao Fórum da Educação, jogos escolares, SAEB e outras demandas. O conselheiro Marcos relata que, durante assembleia do sindicato, foi questionado sobre a atuação do CONSEME em relação ao calendário, especialmente sobre o recesso das cozinheiras. Informou que esclareceu que a Secretaria fez ajustes e que isso é prerrogativa da SEDUC. Comenta ainda que foi novamente cobrado quando esteve no sindicato, sendo atribuído ao CONSEME algo que não passou previamente pelo Conselho. Marcos destaca que algumas manifestações parecem decorrer de informações distorcidas e solicita que a SEDUC deixe claro que o CONSEME não foi informado antecipadamente, para evitar cobranças indevidas. Dayane reforça que a definição de férias dos servidores não compete ao CONSEME, mas sim ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura e compete ao órgão sindical a defesa dos direitos dos servidores. Esclarece que o Conselho atua apenas nas questões pedagógicas e na organização dos dias letivos, e que existe uma compreensão equivocada de que o CONSEME pode intervir em assuntos administrativos. Solicita que a conselheira Cleonice peça à SEDUC que esclareça ao grupo de servidores envolvidos que esta não é competência do Conselho. A conselheira Sarah alerta que o calendário escolar, agora com exatamente 200



dias letivos, não possui margem para novas alterações e que é preciso cuidado para não reduzir o mínimo legal. A conselheira Cleonice complementa afirmando que há equívoco entre as competências da Prefeitura, da SEDUC e do CONSEME, inclusive por parte do sindicato, e reforça que questões sobre férias dos servidores devem ser tratadas diretamente pelo sindicato, e não pelo Conselho. A conselheira Jéssica questiona se o calendário escolar de 2026 já está pronto. Cleonice informa que está praticamente concluído, aguardando a definição das datas das provas do SAEB. O tema será incluído na pauta da reunião de novembro para que o CONSEME possa realizar os apontamentos necessários e garantir que as escolas recebam o calendário ainda este ano. O conselheiro Wilson sugere a elaboração de um memorando ou documento esclarecendo as competências do CONSEME, da SEDUC e do RH da prefeitura, devido a questionamentos frequentes que recebe na escola em que trabalha. Cleonice propõe que o documento seja elaborado em parceria com as secretarias de Educação e RH. Marcos sugere que a SEDUC evite realizar a formação de professores durante o recesso escolar, pois neste período há maior incidência de atestados, sendo mais eficiente realizá-la no início do ano letivo. Cleonice reforça que os erros deste ano serão corrigidos e que, para o próximo ano, será necessário o apoio do CONSEME para garantir a formação de todos os professores e especialistas, utilizando a hora-atividade e assegurando as 40 horas anuais previstas. **Item 1.7 – Informes sobre reunião com escolas particulares.** A presidente informou que será realizada uma reunião com as escolas particulares. Relatou que foi chamada à SEDUC pelo secretário Leandro, juntamente com representantes do Procon e da Vigilância Sanitária, para tratar da solicitação de visita de uma escola particular que não estaria cumprindo normas de funcionamento e padrões mínimos de qualidade. A escola em questão atende crianças por meio de vagas alugadas pela prefeitura, e algumas fragilidades foram identificadas pela Comissão de Fiscalização durante visita realizada em 17 de outubro, apontando situações consideradas graves. Diante disso, o secretário solicitou uma nova visita à unidade para verificação das condições. O Procon, após análise inicial, emitiu notificação à instituição. O conselheiro Bruno comentou sobre as ações e a notificação realizada na escola em questão. Ressaltou que as instituições privadas que atendem crianças por meio de vagas alugadas pelo município devem seguir integralmente as normativas vigentes. Informou que, na vistoria, a comissão concentrou a análise principalmente nas salas onde havia estudantes da rede municipal, mas reforçou a importância de avaliar toda a estrutura da escola. Destacou que a vistoria foi produtiva e que, pelo Procon, a escola já foi notificada, aguardando-se sua manifestação. A presidente informou que a escola em questão recebeu notificações da Comissão de Fiscalização, do Procon e da Vigilância Sanitária. Destaca que, diante das irregularidades apontadas, o próximo encaminhamento será a notificação pelo CONSEME. O conselheiro Wilson acrescenta que já haviam sido percebidos indícios de problemas em escolas particulares, mencionando inclusive o relato apresentado durante a audiência pública por uma estagiária da instituição, a qual afirmou permanecer sozinha em sala com várias crianças. Relatou também que a mesma estagiária teria sido desligada da escola após expor a situação. Na sequência, o conselheiro David reforça a necessidade de a Prefeitura normatizar com maior rigor o processo de aluguel de vagas nas instituições privadas, destacando a importância de assegurar que não haja disparidades entre as crianças pagantes e



as crianças atendidas por vagas alugadas. Ressalta, ainda, que é fundamental garantir o direito a um atendimento de qualidade para todas as crianças, evitando precedentes e eventuais questionamentos futuros. A conselheira Valéria comenta sobre a situação das escolas públicas, ressaltando que muitas delas também não estão com a documentação devidamente regularizada conforme as normativas vigentes, sugerindo que igualmente deveriam passar por vistorias. Em resposta, a conselheira Cleonice informa que a Secretaria de Educação, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, está realizando um trabalho de regularização das unidades. Relata que foi contratada uma empresa para auxiliar no processo de obtenção de alvarás e demais requisitos necessários. Destaca, contudo, que o município possui 45 escolas, o que torna o processo extenso e complexo. Documentos Recebidos: Ofício do Colégio Kinder – Solicitando novo parecer em razão da alteração do CNPJ. O item foi retirado de pauta, pois a documentação enviada está incompleta. Ofício da Presidência nº 390/2025 – **PPL nº 223/2025** – Referente à instituição de diretrizes para promover a conscientização e o combate aos malefícios dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEF). Foi solicitado parecer do CONSEME, sendo designados como pareceristas os conselheiros Elvis e Marcos. **Ofício nº 137/SISEMBC** – Solicitando explicações sobre quais medidas este Conselho teria adotado em relação às alterações no Calendário Escolar de 2025 ocorridas no segundo semestre. A presidente informou que o sindicato foi respondido, esclarecendo que o CONSEME não recebeu comunicação prévia sobre tais alterações e que não compete a este Conselho intervir nesse tipo de modificação. **Protocolo nº 93.360/2025** – Colégio Salesiano – Solicitação de parecer de funcionamento. O item saiu de pauta devido à ausência de documentos obrigatórios. **PL nº 246/2025** – Que “Institui a conscientização, prevenção e combate à erotização nas escolas”. Foi solicitado o parecer do Conselho, ficando designados como pareceristas os conselheiros Cristiane e Wilson. **Memorando nº 68.805/2025** – Comunica a troca dos representantes do Poder Executivo no CONSEME. Passam a compor como titulares: *Elvis Roni Bucior e Cleonice Wehmuth M. Berejuk*; e como suplentes: *Bruno Cesário Dalfovo da Costa e Sirlei Soares*. Dando continuidade, passou para documentos enviados: **Memorando nº 63.805/2025** – Solicitação de publicação da Resolução referente à avaliação do Ensino Fundamental. A presidente informa que a alteração realizada refere-se ao item da reclassificação. **Memorando nº 65.431/2025** – Solicita a criação de um fluxo no 1Doc específico para Parecer de Funcionamento das Escolas Particulares, com o objetivo de facilitar os encaminhamentos. **Ofício nº 4.496/2025** – Questiona a legalidade da representação do conselheiro Leandro pelo Poder Executivo. Informa-se que o Conselho aguarda resposta oficial. **Memorando nº 66.328/2025** – Solicitação de informações sobre o contrato com a empresa responsável pela desratização. Até o momento, não houve retorno. **Memorando nº 47.071/2025** – Reencaminha informações referentes ao Plano de Ação das Bibliotecas. O Conselho permanece aguardando resposta. **Memorando nº 70.885/2025** – Solicita esclarecimentos sobre o acompanhamento das escolas confessionais com vagas alugadas pelo município. O tema será tratado na próxima reunião. **Item 1.10** – Prestação de Contas do FUNDEB (julho e agosto). Foi passada a palavra ao conselheiro Marcos, que iniciou destacando que, nos últimos meses, as análises da Câmara do FUNDEB têm ficado sob sua responsabilidade quase exclusivamente, ressaltando a necessidade de dividir essa tarefa entre os demais conselheiros da Câmara, devido à dificuldade de atender

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



toda a demanda. Em seguida, apresentou o relatório mensal e um gráfico explicativo, detalhando a prestação de contas dos meses de julho e agosto. Informou que não foram identificadas irregularidades e que a prestação de contas encontra-se em conformidade com as exigências legais. A presidente informa sobre a situação da Escola Stellartis, relatando que a conselheira Monique realizou visita para verificar as adequações solicitadas, permitindo agora a conclusão do parecer de funcionamento. Em seguida, menciona que recebeu do Secretário de Educação o encaminhamento, via 1Doc, do decreto referente ao Comitê de Negociação da Educação, composto pelo Sindicato, CONSEME, Secretaria e APROBC. Palavra aberta: A conselheira Mary Lea relembra a situação precária do NEI Carrossel, destacando que diversos 1Docs já foram enviados e não houve devolutiva. Ficou acordado que, em situações como essa, o CONSEME deve ser marcado nas demandas para acompanhar e reforçar as cobranças. O conselheiro David retoma a questão do apoio pedagógico no CAIC, afirmando que a unidade segue desassistida. Questiona à SEDUC se existe entendimento de que o apoio é apenas um projeto ou se há um plano consistente, reforçando que sua fala não é de cunho pessoal e que não pretende assumir a função. Ressalta a urgência de um profissional para o apoio pedagógico e a necessidade de regulamentação imediata para garantir atendimento adequado aos estudantes. A conselheira Sarah reforça a demanda. A conselheira Valéria destaca a descontinuidade do projeto na perspectiva da educação integral no NEI São Judas, lembrando que já foi apresentado e-mail sobre o tema em reunião anterior. Relata que crianças de 4 e 5 anos permanecem até 12 horas no local sem planejamento pedagógico adequado. Informa que, segundo o NEI e a SEDUC, para o próximo ano o funcionamento permanecerá igual, o que considera preocupante, solicitando atenção especial da Secretaria, bem como esclarecimentos sobre o formato adequado caso haja mudança. Valéria também relata que o CEM Ivo Silveira informou às famílias que haverá alteração no horário de entrada e saída em 2026, o que tem causado dificuldades aos pais e mães. Solicita esclarecimentos sobre a real necessidade dessa mudança. A conselheira Cleonice solicita que o CONSEME provoque formalmente a SEDUC sobre o assunto, pois, segundo ela, a alteração não seria possível devido à rota dos ônibus escolares, causando estranhamento. Por fim, Valéria aponta que, a partir de 2027, o CEM Ivo Silveira não abrirá turma de 6º ano e, gradativamente, deixará de ofertar os anos finais, questionando qual o planejamento da Secretaria para o encaminhamento desses estudantes. O conselheiro Wilson fala sobre o Plano Diretor e comenta sobre a situação da cidade, destacando que o documento sugere a verticalização das escolas. Ressalta que muitas crianças já vivem em apartamentos e, com isso, acabam estudando em espaços semelhantes, o que merece reflexão. A conselheira Cleonice informa que no dia anterior encerrou-se o prazo para encaminhamento de sugestões ao Plano Diretor. Destaca que a SEDUC enviou contribuições considerando diversas situações que impactam na qualidade da educação. A conselheira Cristiane comunica que o Conselho Tutelar realizará um concurso de desenho nas escolas, considerando que a maior demanda de atendimentos vem delas. Cleonice comenta também que sua equipe está tratando das questões relacionadas ao NEI São Judas, mas que ainda não é possível apresentar todas as ações definidas. Fica acordado que será enviado um documento solicitando esclarecimentos sobre tais ações. A conselheira relata ainda a reunião realizada no CEM Ariribá, onde foi discutida a recomposição da

Handwritten notes in blue ink:
Sarah
Sarah



aprendizagem. Explica como o processo foi estruturado e informa que o material será encaminhado para análise e aprovação. Destaca também a solicitação para que as escolas enviem indicadores do apoio pedagógico nos anos finais, porém grande parte dos estudantes não comparece, o que compromete a efetividade da ação. Sobre a alfabetização, reforça sua importância e esclarece que não haverá retirada deste apoio. Diversos comentários são feitos pelos conselheiros sobre a necessidade de uma equipe multidisciplinar nas escolas. Cleonice reconhece a importância, mas ressalta que a questão orçamentária é um desafio. A conselheira Ivana comenta que não se deve atribuir toda responsabilidade à SEDUC, pois a equipe gestora das escolas também precisa colaborar diante das necessidades identificadas. Reforça que o trabalho começa na educação infantil, que é a base do ensino fundamental e deve ser mais valorizada. A conselheira Regina relembra a solicitação do conserto do elevador do CEM Alfredo Domingos, alertando que em 2026 a demanda de estudantes que dependem dele será ainda maior. Ela também comenta sobre as dificuldades enfrentadas na educação especial, ressaltando informações divergentes e falta de documentos formais. Sobre o IDS, informa que permanece sendo um problema e que aguarda retorno após reunião com a nova responsável do departamento. Solicita atenção a estas questões. A presidente reforça que o conselho fará uma solicitação formal de esclarecimentos. Regina também questiona se os 9º anos permanecerão no município ou passarão ao Estado, pois a indefinição tem causado desconforto entre os professores e professoras. A conselheira Mary Lea relata que uma gestora informou que uma professora com banco de horas não teria mais direito ao uso dessas horas devido à redução de sua carga horária. A presidente orienta que a conselheira peça a orientação por e-mail à gestora e, se houver negativa, busque seus direitos, lembrando que o CONSEME não intervém em assuntos de RH. É comentada ainda a falta de materiais para uso nas salas de recursos, deixando-as desassistidas. Cleonice lembra que a APP administra recursos do PDDE, que podem ser destinados para este fim. Também é relatado que o material enviado pela SEDUC não chega a 50% do que é solicitado. A conselheira Valéria faz observações sobre a defasagem escolar, destacando a importância de evitar a culpabilização da etapa anterior. Reforça que a educação infantil não é etapa preparatória para o ensino fundamental, pois as questões neurológicas variam entre as fases. Ainda fala sobre a hora-atividade, que nas reuniões do CONSEME, conforme resposta do RH, não poderão usufruir da sua hora-atividade. A presidente explica que houve interpretação equivocada: se a reunião ocorre na hora-atividade, o conselheiro não pode exigir outro momento para usufruí-la, lembrando que hora-atividade não é tempo de folga. A conselheira Cleonice retoma a palavra para tratar dos 9º anos. Informa que foi realizado levantamento dos estudantes que passarão da educação infantil para o fundamental e que não há salas suficientes para atender toda a demanda. Relata que a Secretaria de Educação do Estado chamou o município para tratar do Programa de Oferta para 2026, propondo parcerias e possível liberação de salas. Entretanto, devido ao prazo curto para organização, isso não será possível neste momento. Explica também que em 2027 não haverá oferta de 6º ano no CEM Ivo Silveira, para garantir atendimento e reorganizando a unidade para oferta integral do 1º ao 9º ano. Os responsáveis dos estudantes do 4º ano já estão sendo orientados. O conselheiro Marcos sugere que, diante do grande número de vagas alugadas, seria interessante locar imóveis para atender a demanda, com professores da



própria rede. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e será assinada por mim, Monique, secretária e os demais presentes.

523 *Dayane Maseloni* *Mary Leão Bliu* *Sarah M M Severino*
Marcos A Silva